

Desenvolvimento a Partir da Perspectiva Territorial

Valdir Roque Dallabrida¹ – Dieter Rugard Siedenberg²
V́ctor Ramiro Fernández³

RESUMO

As diferentes abordagens contemporâneas que tangenciam o enfoque do desenvolvimento a partir da perspectiva territorial podem ser classificadas em duas grandes vertentes do chamado novo regionalismo: a vertente globalista e a vertente regionalista. Alguns autores têm preferido focar as abordagens regionalistas, de forma exageradamente otimista, merecendo serem analisadas criticamente. Apesar disto, é possível visualizar um cenário de respostas alentadoras aos desafios da territorialização do desenvolvimento, na medida em que mereçam um destaque as diferentes formas de organização socioterritorial, a inovação coletiva territorial, além da necessária reconsideração do papel do Estado. Assim, abre-se a possibilidade de que trajetórias progressivas de desenvolvimento territorial possam ser gestadas e geridas a partir da ação articulada de atores públicos e privados.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial, região, território, organização socioterritorial, territórios inovadores.

ABSTRACT

The different contemporary approaches that touches the development focus from the territorial perspective can be classified into two big surveys of the so called new regionalism: the globalist survey and the regionalist survey. Some authors have preferred to focus on the regionalist studies in an excessively optimistic way, this way deserving being critically analysed. In spite of all that, it is possible to visualize a scenery of breathing answers to the challenges of the development territorialization in a way that the different forms of social territorial organization, the territorial collective innovation and the necessary reconsideration of the State's role deserve destac. This way, it is opened the possibility that the progressive trajectory of territorial development can be managed and administrated from the articulated action of public and private actors.

Keywords: territorial development, region, territory, social territorial organization, innovating territories.

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais da Unijuí, mestre e doutorando em Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). (valdir@infsr.unijui.tche.br).

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania da Unijuí e de Desenvolvimento Regional da Unisc.

³ Professor da Universidad Nacional del Litoral – Santa Fé (AR), doutor em Ciência Política pela Universidad Autónoma de Madrid e membro do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet – Argentina). (rfernand@gejs.unl.edu.ar).

Introdução

Desde o final dos anos 70 tem-se acompanhado a revitalização do debate sobre novas formas de organização da produção e explicação dos fatores que têm contribuído para o desenvolvimento de âmbitos espaciais distantes dos grandes centros urbano-industriais, tradicionalmente dinâmicos economicamente. Inúmeras pesquisas têm procurado explicar tal constatação. A principal conclusão destes estudos pode ser assim sintetizada: cidades, regiões ou territórios não apenas são suportes passivos de localização de atividades econômicas, senão que podem se transformar em âmbitos espaciais ativos, assumindo um certo protagonismo na decisão dos seus destinos. Ou seja, alguns sistemas territoriais de produção são capazes de se desenvolver sem necessariamente depender da redistribuição do crescimento econômico a partir das regiões mais urbanizadas e/ou industrializadas.

Apesar de recentes revisões críticas que têm questionado o otimismo exagerado de alguns enfoques, a região foi (re)colocada como objeto de investigação das Ciências Sociais nas últimas décadas, resultando no aumento do interesse sobre as questões territoriais.

Neste artigo dá-se destaque, inicialmente, às abordagens teóricas contemporâneas que enfocam o desenvolvimento a partir da perspectiva territorial, com o objetivo de introduzir os leitores no estudo, oportunizando aos mesmos um acesso inicial à literatura que aprofunda a temática. Sintetizam-se, também, algumas das principais críticas a estas abordagens, para, posteriormente, reconstruir um cenário de respostas aos desafios da chamada territorialização do desenvolvimento, a partir das abordagens regionalistas.

Abordagens teóricas contemporâneas que tangenciam o enfoque do desenvolvimento a partir da perspectiva territorial

As abordagens que enfocam o desenvolvimento a partir da perspectiva territorial podem ser classificadas em duas grandes vertentes: a globalista e a regionalista. Ambas apresentam diferentes variações, as quais serão sintetizadas com base nos seus principais expoentes teóricos⁴.

A vertente globalista do novo regionalismo⁵

Genericamente, a base teórica da vertente globalista sustenta-se na tese da homogeneização do espaço local, com base nos princípios liberais, em que se acredita que seja possível uma situação de competição perfeita entre localidades.

Em geral são quatro as variações de abordagens da vertente globalista reconhecidas pelos principais autores. A primeira é a assim chamada Escola da Nova Política Urbana – NUP (Cox, 1995). Suas análises estão relacionadas com a discussão sobre a crise severa que acomete as cidades industrializadas dos países desenvolvidos nos anos 70, associada ao fechamento de fábricas, com a conseqüente degradação social urbana nas antigas áreas industriais européias e americanas, principalmente. Este enfoque, apesar de pequenas variações, centraliza sua argumentação na idéia de que governos locais e comunidades não têm outra escolha senão oferecer todos os tipos de concessões, tais como a

⁴ Em função das limitações de espaço deste artigo, são citados alguns dos principais autores. Quanto à forma de classificar os diferentes enfoques que discutem o desenvolvimento a partir da perspectiva territorial, esta não é a única. No entanto parece mais adequada do ponto de vista didático, seguindo-se, assim, autores como Klink (2001).

⁵ A expressão novo regionalismo é comumente utilizada para referir-se às abordagens do desenvolvimento que, apesar de se sustentarem em enfoques em parte contraditórios, centram seu foco na região.

flexibilização legal, isenções tributárias e até investimentos diretos do próprio governo local para atrair novos investimentos (Rodell, 1993; Thompson, 1997).

A segunda variação, do final da década de 80, enfatiza a competição entre as cidades e as regiões europeias no âmbito do processo de unificação do mercado europeu. Mediante estratégias do tipo *city marketing*, caberia às cidades e regiões, cada vez mais, assumir as tarefas de geração de renda e emprego por meio da elaboração e adoção de um comportamento empresarial, buscando captar o escasso capital volátil. Os Estados Nacionais estariam, progressivamente, abdicando de sua capacidade de elaborar e efetivar políticas macroeconômicas em âmbito supranacional. Ao invés da ênfase físico-territorial, a política urbana estaria adotando estratégias de competitividade em relação às outras cidades, buscando maior atratividade para o capital internacional, cujo sucesso seria avaliado em termos da capacidade de criar novas bases para um desenvolvimento econômico local (Jensen-Butler et al, 1997).

Uma terceira variação, esta da década de 90, corresponde a uma linha de trabalho sobre o surgimento de redes de cidades e regiões que estariam conectadas entre si numa sociedade global baseada no fluxo de informações. Segundo este enfoque, estaríamos presenciando um processo de globalização impulsionado pelos grandes avanços nas tecnologias de informação, telecomunicação e transporte, oportunizando fluxos de informações e conhecimentos possíveis de serem transferidos com muita facilidade para qualquer lugar do planeta, *on-line* e sem grandes custos. Destaca-se o papel das grandes empresas no gerenciamento dos fluxos globais de informação, a partir de suas unidades produtivas localizadas em territórios diferentes, estimuladas pela desregulamentação dos mercados de capitais (Borja, 1993; Borja; Castels, 1997; Sassen, 1998). Assim, em uma economia sustentada no fluxo de informações, a disputa pelo capital internacional não se baseia mais unicamente na redução de custos e preços, mas é complementada por estratégias urbanas, depen-

dendo de fatores como a conectividade, a inovação e a flexibilidade institucional, facilitando a inserção privilegiada, principalmente das cidades-região⁶, no cenário global.

Por fim, a quarta variação, inspirada na literatura gerencial e administrativa sobre a globalização, proclama o surgimento de uma ordem internacional sem fronteiras nacionais, com um conseqüente esgotamento do papel do Estado Nacional e de suas políticas de regulação macroeconômica (Ohmae, 1996), ou até o desaparecimento deste (Strange, 1996). É uma versão que tem condenado o comportamento intervencionista do Estado e proclamado as vantagens da livre competição entre cidades ou regiões.

A vertente regionalista

Um segundo grupo de autores ressalta a perspectiva da *territorialização do desenvolvimento* no contexto da nova economia internacional globalizada.

A re-territorialização [ou territorialização] deve ser entendida como um processo que garanta certas condições econômicas, políticas, sociais e culturais que se concentram espacialmente num determinado local. Essas condições proporcionam uma especificidade do local, que não pode ser substituída de imediato através de estratégias locacionais das empresas transnacionais, ao menos não sem substanciais custos transacionais (Klink, 2001, p. 22).

Segundo os autores que defendem a possibilidade da territorialização do desenvolvimento, aumentou consideravelmente a capacidade das cidades-regiões-territórios de atuar sobre os fatores es-

⁶ O conceito de cidade-região refere-se às cidades com mais de um milhão de habitantes que, pela sua importância estratégica e por conformarem grandes aglomerados urbanos, assumem um certo protagonismo na geração de renda, empregos, atração de empresas e de atividades econômicas para o seu desenvolvimento. Ver abordagem em Klink (2001).

truturais, implicando uma “maior capacidade de se utilizar e aproveitar esses fatores globais em função das próprias especificidades do local” (p. 23). A participação conjunta de *stakeholders*⁷ locais no processo de tomada de decisão é fundamental.

Grande parte dos trabalhos teóricos desenvolvidos no interior desse paradigma retoma o enfoque clássico de Marshall, segundo o qual as aglomerações econômicas surgem em função de três motivos: (1) a aglomeração proporciona o fenômeno de *labor pooling* (bacia de mão-de-obra qualificada), reduzindo custos com a contratação e demissão e aumentando sua produtividade; (2) as aglomerações e distritos industriais caracterizam-se pela densidade de redes entre os diferentes produtores e fornecedores especializados, atraindo outras empresas e, (3) a aglomeração oferece importantes externalidades tecnológicas positivas, pois a concentração geográfica favorece sua difusão e internalização na região como um todo. Também nesta vertente teórica existem variações de abordagem como se verá a seguir.

Estudos centrados na problemática da organização industrial

Tem como principal foco de análise a experiência japonesa dos tecnopólos, suscitando reflexões especialmente no domínio da inovação tecnológica e das redes institucionais de suporte aos processos de aprendizagem e inovação⁸. “Tais reflexões questionaram a teoria domi-

⁷ Dowbor (2001), ao comentar sobre o conceito de *stakeholders*, afirma referir-se aos atores sociais que têm interesse numa determinada decisão. O termo *stakeholders* parece não ter uma tradução do Inglês para o Português. Com certeza, sua definição estará muito próxima da seguinte interpretação: as lideranças locais/regionais atuando nas suas instituições ou organizações como os balizadores do processo de desenvolvimento local ou regional, os *canais* por onde flui o poder local/regional. Em outra oportunidade (Dallabrida, 2002), utilizamos o termo *agentores* para nos referirmos aos protagonistas do processo de desenvolvimento local ou regional. Este neologismo talvez seja a expressão adequada na língua portuguesa para substituir o termo em Inglês *stakeholders*.

⁸ Alguns autores que abordam este enfoque: Nelson (1993); Lundvall (1992); Dosi *et al* (1988). Recentemente alguns geógrafos, como Méndez (1997, 1998 e 2002), abordam a relação entre inovação e território, destacando que a dimensão empresarial da inovação é fundamental, da mesma forma que a existência de um processo de *inovação social*.

nante da empresa e chamaram a atenção para a natureza sistêmica e interagente da inovação e para a relevância do contexto organizacional em que ocorre” (Lopes, 2001, p. 102). Tal enfoque consubstancia-se na afirmação da emergência de um novo paradigma tecnoeconômico e na interpretação do processo de inovação pelo conceito de sistema nacional de inovação (Lundvall, 1992), entendido como expressão organizacional das dinâmicas de aprendizagem coletiva que ocorrem num determinado quadro territorial, ou país. Reforçando a perspectiva territorial/regional da inovação, autores como Braczyk, Cooke e Heidenreich (1998) introduziram o conceito de Sistema de Inovação Regional (SIR).

Estudos centrados na crise do fordismo

Na tentativa de interpretar a natureza da crise econômica dos anos 80, autores ligados à Escola Francesa da Teoria da Regulação, juntamente com vários escritores americanos, caracterizaram a concepção de novas formas de organização industrial, baseados em modelos de acumulação flexível, facilitando a compreensão dos novos espaços industriais⁹.

No sentido tecnológico, o sistema de produção não seria mais baseado em economia de escala, mas na busca de nichos de mercado específico, ao passo que a satisfação do consumidor seria aspirada através da diferenciação dos produtos. Por conseguinte, o modelo dependeria muito mais da economia de escopo e da flexibilização (...). No sentido espacial, parece haver um consenso informal entre os *regulacionistas* de que a produção flexível é mais fácil de se implementar em aglomerações espaciais (Klink, 2001, p. 25, grifo do autor).

Essa maior facilidade de a produção flexível se implementar em aglomerações espaciais pode ser compreendida, em primeiro lugar, considerando-se que no regime de produção fordista, por exemplo, havia

⁹ Alguns autores que abordam este enfoque: Boyer (1986a, 1986b, 1994); Piore e Sabel (1993); Sabel (1989); Scott (1988, 1998), Storper (1995, 1997) e Scott e Storper (1986).

uma separação entre tarefas qualificadas e não qualificadas, a maior parte delas realizadas na própria fábrica. No regime de produção flexível o envolvimento ativo do trabalho qualificado na delineação, elaboração e execução das tarefas tornar-se-ia crucial. Assim, as relações entre fornecedores e empresas, como a terceirização ou subcontratação, se baseariam em confiança, troca de informações e de experiências, as quais viariam reduzir custos de transação e informação, refletindo-se, no sentido espacial, na proximidade entre fornecedores especializados e consumidores (terceirizado-terceirizador) espacialmente integrados. Em segundo lugar, o regime de produção flexível favoreceria agrupamentos (*clusters*) de pequenas e médias empresas no espaço, comportamento gerencial imitado até pelas empresas de grande porte, como as multinacionais (Piore; Sabel, 1993). Por fim, o regime de produção flexível “favoreceria a regulação local através de parcerias entre governos locais, associações de empresas e outros *stakeholders* locais, o que é mais fácil implementar nas aglomerações” (Valladares; Preteceille, 1990).

Estudos centrados nos distritos industriais¹⁰

Os estudos realizados sobre os chamados distritos industriais, principalmente na Terceira Itália, são abordados originalmente por Becattini (1987, 1989 e 1994), Garofoli (1983, 1988 e 1994), Bagnasco (1977), Brusco (1982), além de outros¹¹. Para Becattini (1994), o distrito industrial “é uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado território. No distrito (...), tende-se a criar uma osmose perfeita entre a comunidade local e as empresas” (p. 20). A atividade econômica

¹⁰ Talvez o mais adequado para referir-se aos distritos industriais seria chamá-los *distritos marshallianos*. Justifica-se este comentário, também, pelo fato de ser comum, popularmente, referir-se aos distritos industriais para fazer menção às áreas em que as regiões ou os municípios concentram seus parques industriais.

¹¹ Contribuem com abordagens semelhantes outros autores, tais como: Courlet e Pecqueur (1994) e Vázquez-Barquero (1999, 2000a, 2000b).

dominante nos distritos é a industrial. Nos distritos industriais cada uma das empresas tende a especializar-se numa única, ou apenas algumas, das fases dos processos produtivos específicos de cada distrito. Constitui-se um caso concreto de divisão de trabalho localizada, em que as empresas enraizam-se no território, estas geralmente pertencentes a um mesmo ramo industrial, agindo integradamente.

Se considerarmos os resultados globais do distrito, veremos que existe nele, a par de uma atitude muito concorrencial, uma solidariedade forçada entre seus membros, que é fruto da maneira única como o sistema sociocultural impregna e estrutura o mercado no próprio seio do distrito... De um ponto de vista estritamente produtivo, o distrito marshalliano é uma população de empresas independentes, pequenas e médias, que, idealmente, se dedicam às mesmas fases intermédias do processo de produção, são governadas por um grupo aberto de empresários puros, através da sub-contratação, e se apóiam numa miríade de unidades fornecedoras de serviços à produção, bem como de trabalhadores ao domicílio e a tempo parcial (Becatini, 1994, p. 26-29).

Para Lopes (2001), área sistema¹² e distrito industrial surgem como duas formas conceituais de uma mesma realidade que se reporta aos sistemas produtivos locais, com o que é possível sintetizar as seguintes características básicas: (1) trata-se de aglomerações territoriais cuja atividade econômica predominante é a industrial, sustentada numa forte e historicamente consolidada especialização em toda a cadeia de valor de um mesmo sistema produtivo; (2) configuram-se em modelos de acumulação flexível, apoiados numa intensa divisão social do trabalho entre pequenas empresas, cuja trama de inter-relações define um esquema denso de permutas mercantis e não-mercantis; (3) a cultura técnico-produtiva historicamente consolidada confere ao distrito um saber-fazer específico cujo fiel depositário é o tecido social e empresarial local; (4) o distrito industrial constitui um espaço-território no qual a forte especiali-

¹² Conceito desenvolvido por Garofoli (1994).

zação no âmbito da empresa proporciona a obtenção de economias de escala e a divisão social do trabalho resulta na obtenção de economias de aglomeração; (5) sua reprodução econômica requer a existência de um sistema social e institucional local que assegure sua regulação, dada a natureza do tecido social exigido pelo distrito; (6) a competitividade externa do distrito pressupõe a existência de redes de organização do mercado que assegurem permanentemente a inserção dos excedentes locais no mercado global e consolidem as relações do distrito com seus clientes, e (7) a situação indispensável de enraizamento social dos agentes, capaz de manter o controle local das redes de comercialização, sob pena de desintegração do distrito (p. 107-109).

Estudos centrados nos meios inovadores¹³

Trata-se de estudos impulsionados, principalmente, por Aydalot (1986)¹⁴, que mostraram estar em curso um processo de transformação das hierarquias espaciais não compatível com as teorias dominantes do crescimento desigual, baseadas em esquema centro-periferia. O retrocesso de algumas tradicionais regiões centrais e a emergência de processos de dinamismo continuado em regiões periféricas ou semiperiféricas tornou claro que as teorias espaciais dominantes poderiam explicar as hierarquias urbanas existentes, mas não a sua transformação, isto é, não explicavam os processos de desenvolvimento com gênese no território.

Assim, segundo Maillat (1995a), o conceito de meio inovador pretende apreender as dinâmicas territoriais de inovação, tendo como pressuposto que atualmente os mecanismos do desenvolvimento residem

¹³ Segundo Lopes (2001, p. 103), pode-se considerar meio inovador um “espaço socioterritorial onde ocorrem dinâmicas de aprendizagem coletiva geradoras de respostas inovadoras às alterações nas condições de enquadramento da atividade econômica local”, em que o território é entendido como um conjunto de elementos econômicos, socioculturais e institucionais, com formas específicas de organização e capacidade de auto-reprodução. Maillat (1995a) salienta que o território não deve ser considerado “algo dado *a priori*”, mas como “resultado das estratégias organizacionais dos atores e do fenômeno de aprendizagem coletiva” (p. 159).

¹⁴ Outros autores de destaque nesta abordagem: Perrin (1991), Maillat (1995a, 1995b, 2002) e Camagni (1991).

nas regiões que são capazes de inovar, de pôr em prática projetos que aliem as novas técnicas, a cooperação entre as empresas, as instituições de formação e pesquisa, e que desenvolvam novos produtos, muitas vezes com o apoio das autoridades locais e regionais ou das universidades.

A abordagem dos meios inovadores tem fortes pontos de contato com a dos distritos industriais. Difere, no entanto, pelo fato de que as dinâmicas territoriais sustentam-se mais na identidade tecnológica e nas relações socioprofissionais e institucionais que suportam a inovação e não tanto nas sinergias resultantes da identidade social-familiar que ocorrem entre pequenas e médias empresas de uma determinada aglomeração. Nos meios inovadores destaca-se, por vezes, o papel das grandes empresas em algumas dinâmicas de inovação territorial, por exemplo, a área da Bosch em Baden-Wurtemberg, ou a Hewlett Packard e a Apple em Silicon Valley (Lopes, 2001). Segundo Maillat (1995b), “não é tanto a dimensão das empresas que importa considerar, mas a existência ao nível territorial de modos originais de organização dos sistemas de produção” (p. 4).

Lopes (2001) resume o que é chamado de meio inovador como um aglomerado territorial caracterizado por: (1) possuir um capital de conhecimento, de natureza técnica, organizacional, comercial ou relacional, associado ao processo de produção local; (2) apresentar um capital relacional baseado no conhecimento recíproco dos atores do meio e materializado numa trama de relações mercantis e não-mercantis, formais e informais; (3) dispor de um quadro valorativo-normativo que regula as relações e comportamentos dos atores locais, conferindo-lhes identidade social ao meio e, desejavelmente, uma convergência de objetivos estratégicos de atuação, sendo esta auto-identificação coletiva do meio a fonte geradora das sinergias criativas da atuação dos atores locais; (4) dispor, estruturado no meio, um coletivo de atores que gera os recursos materiais e humanos do meio, no qual desempenham papel de destaque as empresas, sejam as industriais ou de serviços de apoio, as

estruturas de investigação e formação, as instituições financeiras, as instituições da administração pública e as associações profissionais, e (5) por ser o meio inovador um espaço privilegiado de abertura ao exterior, integrando-se nas redes internacionais de mercado e de acesso à informação tecnológica, mas apresentando-se, também, em interação com o sistema político-institucional do seu país.

Uma revisão crítica das abordagens regionalistas do desenvolvimento

Alguns autores têm optado por analisar as abordagens regionalistas do desenvolvimento como exageradamente otimistas¹⁵, mesmo considerando-as válidas em vários aspectos. Os próprios autores distritalistas já têm feito algumas considerações críticas, principalmente pelo fato de os distritos industriais terem sido considerados como um modelo de desenvolvimento alternativo. Um dos seus expoentes, Garofoli (1994), destaca alguns desafios: (1) a presença de fortes mecanismos de regulação local tende a fazer com que o sistema local seja lento na reação às alterações do mercado; (2) aquela debilidade levanta o problema da orientação estratégica da economia local, em função do individualismo exacerbado dos empresários locais, o que impede a emergência de um cérebro direcional à altura da capacidade produtiva do sistema local; (3) a fraca capacidade dos distritos para influenciar as orientações da política econômica e da política regional, somada às debilidades anteriormente citadas, (4) uma fraca terceirização local, sobretudo no que se refere aos serviços às empresas, ou seja, os serviços diretamente produtivos.

Criou-se um imaginário “em que se dissolvem os espaços nacionais e se os substitui por uma rede horizontal de âmbitos regionais que se organizam sob a modalidade dos DI [distritos industriais] em um espaço

¹⁵ Em duas oportunidades (Fernández, 2001, 2003) temos nos referido ao tema. Nestas obras são citadas algumas abordagens críticas de outros autores.

global” (Fernández, 2003, p. 39)¹⁶. Indicativamente, durante a década de 90 foi diminuindo o otimismo sobre a possibilidade de os distritos industriais transformarem-se em um modelo alternativo de desenvolvimento possível de ser transferido para outras regiões do mundo, inclusive para as periféricas. Uma questão a ser salientada é que as abordagens sobre a especialização flexível, ao mesmo tempo que reposicionaram as regiões, ou territórios, no cenário globalizador, relativizaram a importância dos âmbitos nacionais.

Em que se fundamenta esta visão? Principalmente no entendimento de que as proposições teóricas sobre a especialização flexível têm sustentado que o reposicionamento estratégico destes âmbitos territoriais deve-se ao fato de que, no marco da internacionalização, a emergência de uma crescente diversificação e instabilidade da demanda deu lugar a uma saturação dos processos de produção em massa circunscritos aos espaços nacionais, e a uma exigência de reorganizar os processos de produção e regulação para padrões altamente flexíveis e dinâmicos, a fim de atender às ditas mudanças (Piore; Sabel, 1993). A economia da acumulação flexível seria uma resposta a tais requerimentos, constituindo-se nos complexos (flexíveis) de produção territorial (Vázquez-Barquero, 1991), combinando processos de desintegração vertical com forte aglomeração espacial (Scott, 1988), fundados em estratégias de competição e cooperação, a partir das quais se desenvolve uma densa rede de interações entre atores empresariais e institucionais, que atuam como suportes sinergizadores da produção territorial (Pyke; Sengenberger, 1992).

Assim, sobre o fundamento da cooperação e da confiança, que resulta em redes de cooperação, localidades-regiões-territórios estruturariam uma sólida e configurada divisão social do trabalho, com base na qual os atores econômicos obteriam um conjunto de externalidades, tais como: (1) o desenvolvimento de economias de esca-

¹⁶ É, por exemplo, o que sugere o título de uma das publicações que abordam a temática: Benko e Lipietz (1994).

la e alcance por associação e especialização; (2) uma acentuada redução de riscos (que podem dar lugar a um estoque de capitais que possibilitaram a integração vertical do modelo fordista de produção) e, (3) como efeito da integração territorial, uma acentuada redução dos custos de transação que alentava a internalização dos processos produtivos durante o fordismo.

Paralelamente têm-se afirmado a clara a-funcionalidade que, diante desse novo contexto, apresentava a morfologia vertical e altamente rígida do Estado do Bem-Estar, assim como a lógica de intervenção keynesiana que dominou a etapa fordista. Em seu lugar se foi indicando o crescente protagonismo das instâncias territoriais do Estado, o que se refletiu nas políticas de descentralização promovidas nos anos 80 e 90, tanto no contexto europeu como no âmbito latino-americano. Entende-se que estas concepções merecem profundas reflexões, no sentido do seu reposicionamento.

Referindo-se às políticas de desenvolvimento, com a pretensão de superar a oposição entre políticas de desenvolvimento exógeno e endógeno, Swyngedouw (1997) introduziu o conceito de *glocalização*, tentando dar conta, ao mesmo tempo, de aspectos fundamentais vinculados à morfologia e à dinâmica de funcionamento do capitalismo em sua etapa pós-fordista. Segundo Amin e Thrift (1992), com dito termo procura-se refletir a nova relação simbiótica entre o espaço global, onde se reproduz o sistema econômico em tempo real, e os âmbitos locais, onde se situam os nós produtivos dinâmicos que ingressam nas redes globais a partir de processos de retroalimentação entre os níveis sociais, institucionais e econômicos que operam no âmbito intra-territorial.

É fundamental ressaltar que esta *glocalização* não representa uma relação espacialmente harmônica, sendo possível apresentar um contraponto às argumentações que possam transmitir tal impressão. Em primeiro lugar, a globalização pós-fordista não veio acompanhada de um processo de superação das assimetrias econômico-espaciais. Pelo con-

trário, em algumas regiões européias percebe-se um abandono da tendência à convergência e até um recrudescimento das assimetrias inter-regionais. Trabalhos empíricos, como o de Harrison (1994), têm sido lapidares ao mostrar, com informação dos EUA, Japão e Europa Ocidental, a dependência financeira, tecnológica e comercial das pequenas e médias empresas em relação às transnacionais. Em segundo lugar, a experiência demonstra não ter transformado as pequenas e médias empresas em atores centrais na configuração de todos os complexos territoriais e muito menos de redes globais. O que se percebeu é que as empresas transnacionais têm-se convertido nos novos atores que controlam as redes globais e desenvolvem um posicionamento espacial seletivo, o que não dá lugar a uma dinâmica territorial descentralizadora e convergente, senão a um fortalecimento de determinados espaços centrais e recrudescimento das assimetrias regionais, produto de sua capacidade de operar com altos volumes de investimentos, como ocorria na fase fordista (Amin; Charles; Howells, 1992; Hudson, 1997).

Por fim, muitas das experiências de acumulação flexível exibidas nos anos 80 como representativas da nova *glocalização*, têm mostrado nos anos 90 um processo de crise e forte reestruturação interna, derivando em desconfiguração dos padrões horizontais de reprodução territorial e sua substituição por componentes hierárquicos de escassa endogeneidade, e em outros, em um caminho de claro declive. Dentre as dificuldades apresentadas uma se destaca: o desafio das pequenas e médias empresas em ingressar nas redes globais de comercialização, altamente concentradas em mãos das empresas transnacionais (Humphrey; Schmitz, 2000).

Em síntese, segundo os principais enfoques críticos, os desafios da *territorialização do desenvolvimento* sustentam-se, principalmente, em três dimensões: (1) na Europa, onde os melhores exemplos do novo regionalismo foram exibidos, pesquisas empíricas levadas a efeito durante a década de 90 mostraram não só um agravamento das assimetrias, como

também uma redução de convergências regionais observadas desde os anos 50; (2) o novo cenário da globalização conformou-se na confirmação do domínio das empresas transnacionais, mesmo nas áreas em que se desenvolveram as melhores experiências de acumulação flexível, capitalizando as novas condições a seu favor, convertendo-se não só nos atores hegemônicos, mas também nos novos atores institucionais que desprezam os Estados-Nação como unidades de referência, não se efetivando a imaginada expansão de conglomerados de pequenas e médias empresas, e (3) longe da perspectiva otimista da especialização flexível, não se consolidou a constituição dos *sistemas territorializados de pequenas empresas*, apresentando trajetórias diferenciadas, progressivas e regressivas e, em alguns casos, acentuando-se um perfil desendogeneizador.

Não se trata de refutar as bases das proposições teóricas sobre a especialização flexível e demais abordagens afins. Trata-se, no mínimo, de torná-las relativas. Em alguns casos existe uma exagerada dose de otimismo. Em outros, talvez tenha se desconsiderado a forte capacidade do capital internacional de se rearticular e readaptar rapidamente, capitalizando para seus interesses parte das vantagens auferidas inicialmente aos sistemas territoriais de produção flexível.

Estas constatações não se confrontam totalmente com a defesa teórica e análise de experiências que apresentam o território e seus atores como possíveis protagonistas de processos localizados de desenvolvimento. Apenas exigem a revisão de algumas argumentações exageradamente otimistas, além de evidenciar a necessidade de refletir profundamente e pesquisar para dar respostas viáveis sobre, no mínimo, três interrogações: (1) como as regiões periféricas podem afastar-se de seu posicionamento marginal e alcançar novos padrões organizativo-funcionais fundados, como os distritos industriais, por exemplo, no protagonismo e na articulação dos atores territoriais? (2) como aqueles complexos territoriais que têm alcançado os atributos dos distritos industriais podem enfrentar suas limitações estruturais ligadas a sua escala e

ao conjunto de inércias que bloqueiam sua qualificação, para ingressar nas redes globais controladas pelas empresas transacionais? e, (3) como, em geral, os espaços regionais podem encontrar padrões organizativo-funcionais que lhes permitam inserir em seu âmbito as empresas transnacionais, condicionando seu funcionamento dentro dos territórios e operando com estes macroatores uma lógica não reprodutiva, senão altamente sinérgica?¹⁷.

Nesse sentido, amplia-se a extensão e a profundidade dos desafios da territorialização do desenvolvimento.

Um cenário de respostas aos desafios da territorialização do desenvolvimento

Diante do cenário até aqui apresentado, ao mesmo tempo em que se contempla uma consistente evolução na reflexão teórica que busca interpretar a crise do capitalismo dos anos 70, resultando, por exemplo, em enfoques que reforçam a dimensão territorial do desenvolvimento, explicando as razões do êxito de inúmeras experiências localizadas de desenvolvimento, como já referido, assiste-se a um agravamento das assimetrias e redução das convergências regionais, um aumento na hegemonia das empresas transnacionais e a não-consolidação dos sistemas territoriais de produção sob o comando de redes de pequenas empresas. Paralelamente, o espaço nacional e o Estado-Nação têm sua função desconsiderada.

Diante disso, decorrentes das questões anteriormente evidenciadas, algumas interrogações parecem centrais: (1) qual a possibilidade de desencadear movimentos de reação dos territórios ou regiões com relativo grau de protagonismo local? (2) quais características precisam estar

¹⁷ Questões já expressas em outra obra (Fernández, 2001, p. 3-4). Tem-se claro que a resposta a tais interrogações representa um grande desafio, o que exige novas pesquisas.

presentes em territórios ou regiões para criar as condições favoráveis a uma reação mais autônoma e protagonista, com maior possibilidade de sucesso? (3) como é possível perceber estas características na realidade de territórios ou regiões fora dos centros mais dinâmicos da economia nacional e mundial? (4) que variáveis/indicadores são mais adequados para mensurar o padrão de competitividade, ou *competência territorial* desses territórios ou regiões?¹⁸

Os chamados território inovadores (Méndez, 2002), os espaços luminosos (Santos, 1997), os espaços emergentes (Caravaca, 1998) e as regiões ganhadoras (Benko; Lipietz, 1994), seriam *a priori*, os âmbitos espaciais que têm adquirido uma maior competência territorial como resultado de formas de reação ativa de territórios-regiões-municípios-cidades-lugares. Infelizmente estas formas de reação são ainda minoritárias. Felizmente, no entanto, já existem experiências empíricas em diferentes países que apresentam relativo grau de autonomia local, mesmo que, ainda, despontando como arquipélagos que emergem dos imensos oceanos.

Algumas abordagens, mesmo não respondendo diretamente a estas questões (e outras que poderiam ser formuladas), recentemente produziram reflexões que podem ser consideradas possíveis respostas a tais interrogações. Centram-se, principalmente, no destaque da organização socioterritorial e da inovação nos processos de desenvolvimento. Tais

¹⁸ Sobre a questão da competitividade, ou competência territorial, o tema é aprofundado em Dallabrida (2004). Em síntese, a opção focada na competência territorial tem duas ordens de razões. Primeiro, pelo sentido etimológico assumido, entendendo-se a competência como a habilidade, a aptidão e a capacidade que um território possui. Assim um território competente seria o que oferece as condições necessárias e suficientes para sua população. As necessárias, referindo-se às condições econômicas (adequação do sistema produtivo local ao padrão de competitividade internacional). As suficientes, no sentido de conciliar, o mais possível, o padrão de relações econômicas adotadas localmente, com sua adequação social (manutenção de índices elevados de empregabilidade e padrões salariais acima da média) e ambiental (evoluir da preocupação em cumprir a legislação ambiental, para assumir o compromisso com a saúde ambiental local e global). Segundo, por uma opção teórica, entendendo que há um conflito não resolvido entre competitividade e desenvolvimento, questão que merece futuros debates.

abordagens permitem avançar nas discussões, recuperando as contribuições alentadoras, entendendo que mesmo não respondendo efetivamente às expectativas otimistas, possam servir para vislumbrar novos horizontes. De outra forma, espera-se possam fundamentar possíveis investigações sobre a realidade de territórios, principalmente os periféricos.

Autores como Lopes (2001), considerando a importância contemporânea da inovação constante, afirmam que é fundamental que sua gênese tenha no território um papel de destaque, tornando-o “suporte organizacional da aprendizagem coletiva” (p. 134), a qual está associada à inovação. Outros enfoques referem-se aos chamados territórios inovadores (Méndez, 2002). O conceito de inovação é entendido por tais abordagens como “a capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente...” (p. 2). Assim, ao se mencionar o território inovador, faz-se referência aos territórios em que seus atores e instituições são capazes de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos desafios que se lhes apresentam em cada momento da História.

Visões pluridisciplinares desenvolveram-se a partir da década de 70, do ponto de vista da Economia, da Administração e também da Geografia, sobre a empresa inovadora. A empresa foi considerada objeto de atenção específica, levando em conta que “a inovação (em processos, produtos ou gestão) devia ser interpretada a partir de fatores internos à própria firma e relacionados com sua organização” (p. 2). Num contraponto a esta argumentação, quase defendendo um novo determinismo ambiental, a partir da década de 80, no âmbito da economia espacial, um número crescente de estudos geográficos e também econômicos sustentam que a inovação das empresas é, em grande medida, resultado da existência de um entorno territorial (social, econômico, cultural) com características específicas. Torna-se evidente um fato: a concentração espacial e o entorno territorial contribuem decisivamente para a inovação empresarial. Méndez (2002, p. 3) reafirma: “A partir des-

sa evidência, a atenção prioritária se dirige a analisar e tentar compreender o ambiente em que nascem e operam essas empresas, tentando detectar a possível existência de alguns fatores-chave externos à empresa no entanto internos aos lugares onde estão presentes os processos de inovação”.

Assim, é possível constatar que os estudos sobre os distritos industriais (Garofoli, 1983; Becattini, 1987; Sforzi, 1999), a referência aos sistemas produtivos localizados (Benko; Lipietz, 2000) e as propostas sobre o desenvolvimento local (Boisier¹⁹; Vázquez-Barquero²⁰; Friedman, 1996) já destacam o papel do entorno territorial na inovação, mesmo que ainda não lhe destinando um lugar prioritário. Outras abordagens posteriores, como das vantagens competitivas de nações e regiões (Porter, 1987; 1991), a dos meios inovadores (Aydalot, 1986; Maillat, 1995a; 1995b) e a das redes de inovação, ou sistemas nacionais de inovação (Camagni, 1991; Lundvall, 1992), deram uma ênfase maior ao papel do entorno territorial na inovação.

Recentemente novos referenciais teóricos também situam a inovação e suas relações com o território como centro de atenção. Propostas surgidas como a da chamada economia do conhecimento, trasladadas ao plano territorial com conceitos como o de região inteligente, *learning region*, ou territórios que aprendem (Florida, 1995; Antonelli; Ferrão, 2001), reforçam o atual protagonismo do conhecimento e da aprendizagem coletiva como recursos específicos. Outros estudos, como os que se referem às dinâmicas de proximidade, centram sua atenção na importância exercida pela proximidade física, além da funcional e da cultural, na criação de redes capazes de transmitir saberes tácitos, não formalizados e dificilmente decodificáveis, mas fundamentais para a geração e difusão de inovações.

¹⁹ Em várias de suas obras, com destaque para uma delas (Boisier, 2000), em que destaca o conceito de desenvolvimento local.

²⁰ Em várias de suas obras, algumas delas aqui citadas.

Algumas questões são privilegiadas no novo debate sobre desenvolvimento territorial²¹, com destaque para o redimensionamento das dimensões *hardware*, *software* e *orgware* do desenvolvimento local ou regional (Vázquez-Barquero, 1996) e a necessária (re)consideração do papel do Estado nos processos de desenvolvimento, principalmente dos países classificados como subdesenvolvidos (Fernández, 2003). Estes dois enfoques merecem aprofundamento, considerando a pretensão de propor um cenário de respostas aos desafios da territorialização do desenvolvimento.

Sobre o enfoque que destaca as dimensões *hardware*, *software* e *orgware* do desenvolvimento, o tema mereceu destaque em duas oportunidades (Fernández, 2003; 2004). Sintetizando, pode-se afirmar que, das três dimensões, a dimensão *orgware* do desenvolvimento local ou regional é considerada central numa nova política de desenvolvimento localizado. Refere-se às iniciativas relacionadas a melhorar a organização social para o desenvolvimento. Consiste nas ações voltadas à melhoria da capacidade de organização que existe na cidade, região ou território, o que lhe permite dar uma resposta eficaz aos seus problemas e desafios.

Sem esgotar o debate sobre as influências da inovação, pode-se afirmar que ambas as dimensões, a organizativa (empresa) e a espacial (o entorno territorial), influem de forma conjunta e se complementam, ainda que a importância seja diversa segundo o tipo de empresa. O padrão de organização socioterritorial é decisivo para propiciar um ambiente favorável à geração de tais inovações.

Em resumo, o padrão de competitividade territorial, ou competência territorial, decorre, como síntese dialética, da especificidade com que nesse território se integram o conhecimento tácito enraizado no te-

²¹ Sobre o uso do conceito de desenvolvimento territorial, em substituição a outros possíveis, tal como desenvolvimento regional, ver Dallabrida (2004). Em síntese, desenvolvimento territorial pode ser entendido como um estágio do processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais tangíveis (ou materiais) e intangíveis (ou imateriais) existentes no local, com vistas à melhoria da qualidade de vida de sua população.

cido socioproductivo local com o conhecimento codificado filtrado do exterior. As sinergias resultantes destes fatores revertem-se em inovações territoriais, sendo estas resultantes da intensidade qualitativa dos fatores locais de suporte à competitividade (centros ou institutos de pesquisa, escolas técnicas, universidades...). Sendo a inovação o elemento essencial da competência territorial, podemos falar de territórios em diferentes estágios, em diferentes recortes temporais e espaciais.

Para complementar um cenário de respostas aos desafios da territorialização do desenvolvimento, em obra já citada (Fernández, 2003) faz-se questão de destacar mais dois aspectos: (1) o necessário redimensionamento do papel do espaço nacional e das capacidades estatais e, (2) o impacto, na *dinâmica territorial do desenvolvimento*²², da inovação territorial resultante das aprendizagens coletivas. Quanto ao papel do Estado, visões liberais e neoliberais defendem sua retirada do âmbito econômico, deixando o comando da economia às leis do livre mercado, a ponto de alguns autores chegarem a decretar o fim do Estado-Nação. Por não concordar com esta concepção defendemos a articulação entre os atores territoriais, espaços nacionais e Estado-Nação, estabelecendo uma comunicação estratégica, como necessária para definir a inserção dos territórios no processo de globalização. Ou seja, o Estado, e suas capacidades, torna-se necessário para superar os desafios da territorialização do desenvolvimento.

Para concluir

Ao destacar a importância da inovação coletiva e da organização socioterritorial na caracterização das diferentes trajetórias de desenvolvimento, reafirma-se que o padrão de competência territorial decorre da especificidade com que nesse território se combinam as sinergias resul-

²² Em Dallabrida e Becker (2003b), esta temática é aprofundada.

tantes dos fatores de competitividade não territorializáveis com os fatores de competitividade territorializados. Tais sinergias, função direta da intensidade e qualidade das inter-relações sociais, institucionais e empresariais, resultam em inovações territoriais que afetam o desenvolvimento da(s) cadeia(s) de valor do sistema territorial de produção. A ação do Estado, requalificado, e a valorização do espaço nacional desempenham um papel fundamental no processo.

Por ora, o cenário de respostas aqui destacado para enfrentar os desafios da *territorialização do desenvolvimento* servem de alento e ao mesmo tempo desafio para os que acreditam na possibilidade do desenvolvimento centrar-se na perspectiva territorial. Alento, no sentido de vislumbrar um horizonte à sociedade das regiões ou territórios distantes dos centros mais dinâmicos da economia mundial²³. Um desafio, na medida em que, por exigir uma postura ativa da sociedade organizada territorialmente, nem todas as regiões ou territórios dispõem das condições necessárias e suficientes para empreender trajetórias progressivas de desenvolvimento. De qualquer forma continua viva a esperança, pois tais condições podem ser construídas.

Referências

AMIN, A.; THRIFT, N. Neo-Marshallian nodes in global networks. International. In: *Journal of Urban and Regional Research*, 16, 4, p. 571-583, 1992.

AMIN, A; CHARLES, D. R.; HOWELLS, J. Corporate restructuring and cohesion in the new Europe. In: *Regional Studies*, 26, 4, p. 319-331, 1992.

²³ Em outra obra (Dallabrida; Siedenberg; Fernández, 2004a; Dallabrida; Siedenberg; Fernández, 2004b) avança-se nessa discussão, apresentando algumas conclusões preliminares sobre a análise da trajetória progressiva de desenvolvimento de um âmbito espacial periférico, discorrendo sobre alguns fatores locais que tenham contribuído para tal.

ANTONELLI, C.; FERRÃO, J. (Coords.). *Comunicação, conhecimento e inovação*. As vantagens da aglomeração geográfica. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 2001.

AYDALOT, Philippe. *Milieus Innovateurs en Europe*. Paris: Gremi, 1986.

BAGNASCO, A. *Tre Italie: la problematica territoriale dello sviluppo italiano*. Bologna: Il Mulino, 1977.

BECATTINI, Giacomo (Org.). *Mercato e forze locali: il distretto industriale*. Bolonha: Il Mulino, 1987.

BECATTINI, Giacomo. *Modelli locali di sviluppo*. Bolonha: Il Mulino, 1989.

BECATTINI, Giacomo. O distrito marshalliano. In: BENKO G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia econômica*. Oeiras (PT), 1994. p. 19-31.

BENKO G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia econômica*. Oeiras (PT): Celta, 1994.

BENKO, G. ; LIPIETZ, A. (Dirs.). *La richesse des régions*. Paris: P.U.F, 2000.

BOISIER, Sergio. Desarrollo (Local): De Qué Estamos Hablando? In: BECKER, Dinizar Ferminiano; BANDEIRA, Pedro da Silveira. *Desenvolvimento local/regional – determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 151-185, 2000. V. 1.

BORJA, J.; CASTELS, M. *Local y global*. La gestion de las ciudades em la era de la información. United Nations for Human Settlements, Madri: Santillana de Ediciones, 1997.

BORJA, J. La importância de las ciudades en Europa. In: VV.AA. *Las estrategias de las ciudades europeas*. Gijón, Exmo: Ayuntamiento, 1993.

BOYER, Robert (Org.). *La flexibilité du travail en Europe*. Paris: La Découverte, 1986b.

BOYER, Robert. Alternativas ao Fordismo. In: LIPIETZ, G. (Orgs.). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Oeiras (PT): Celta, 1994. p. 121-142.

BOYER, Robert. *La Théorie de la Régulation: Une Analyses Critique*. Paris: La Découverte, 1986a.

BRACZYK, H-J; COOKE, P.; HEIDENREICH, M. *Innovation Systems. The Role of Governances in a Globalized Worls*. Londres: UCL Press, 1998.

BRUSCO S. The emilian model: productive decentralization and social integration. In: *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, vol. 6 (2), p. 167-189, 1982.

CAMAGNI, Roberto (Ed.). *Innovation Network: Spatial Perspectives*. Londres: Belhaven Press, 1991.

CARAVACA, Inmaculada Barroso. Los nuevos espacios ganadores y emergentes. Santiago de Chile: *Revista Eure*, v. 24, n. 73, 1998 (ISSN 0250-7161).

COURLET, Claude; PECQUEUR, Bernard. Os Sistemas Industriais Locais em França. In: BENKO G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia econômica*. Oeiras (PT): Celta, 1994. p. 49-62.

COX, Kevin R. Globalization, competition and the politics of local economic development. In: *Urban Studies*, vol. 32, n. 2, p. 213-224, 1995.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BECKER, Dinizar Ferminiano. Governança Territorial – Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. In: *Desenvolvimento em Questão – Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania*. Ijuí: Ed. Unijuí, ano 1, n. 2, p. 73-98, jul./dez./2003a.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BECKER, Dinizar Ferminiano. Dinâmica Territorial do Desenvolvimento. In: BECKER, Dinizar Ferminiano; WITTMANN, Milton (Orgs.). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003b, p. 175-213. Vol. 1.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Gobernanza y Planificación Territorial: para la institucionalización de una práctica de ‘concertación público-privada’. In: *Documentos y Aportes en Administración Pública*. Santa Fé (AR): Ediciones UNL-Universidad Nacional del Litoral, 2004.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Nova Dinâmica Territorial em Construção: a experiência da Região Fronteira Noroeste/RS/Brasil. In: IV COLOQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES – *Sociedad, Território y Sustentabilidad*: Perspectivas desde el Desarrollo Regional y Local. Montevideo (Uruguay), 21 à 23 de agosto de 2002 (publicado nos anais em CD).

DALLABRIDA, Valdir Roque; SIEDENBERG, Dieter Rugard; FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. Organização Socioterritorial, Inovação e Desenvolvimento. In: V COLOQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES – *Nuevas visiones en el inicio del siglo XXI*. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, 3, 4 y 5 de noviembre de 2004a (publicado em CD).

DALLABRIDA, Valdir Roque; SIEDENBERG, Dieter Rugard; FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. A dinâmica territorial do desenvolvimento: sua compreensão a partir da análise da trajetória de um âmbito espacial periférico. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Santa Cruz do Sul-RS-Brasil: Universidade de Santa Cruz do Sul, 28 de setembro a 1º de outubro de 2004b (publicado em CD).

DOSI, G. et al (Orgs.). *Technical Change and Economic Theory*. Pinter Publishers, 1988.

DOWBOR, L. Gestão social e transformação da sociedade. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Unesp; Edusp, 2001. p. 197-221.

FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. Densidad institucional, innovación colectiva y desarrollo de las cadenas de valor local: un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los ‘90s. In: *Redes*, v. 9, nº 1, Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 7-36, jan./abr./2004.

FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. *Desarrollo regional, espacios nacionales y capacidades estatales: redefiniendo el cenário global-local*. Santa Fé (AR): Ediciones UNL-Universidad Nacional del Litoral, 2003.

FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. Estrategia(s) de desarrollo regional bajo el nuevo escenario global-local: revisión crítica sobre su(s) potencialidad(es) y límites. Santiago de Chile: *Revista Eure*, v. 27, n. 82, 2001.

FLORIDA, R. Towards the learning regions. In: *Futures*, v. 27, n. 5, p. 527-536, 1995.

FRIEDMAN, J. *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras (PT): Celta, 1996.

GAROFOLI, Gioacchino. Formazione di nuove imprese e sviluppo locale. In: GAROFOLI, G.; JANNACCONI, P.; CAPPELLIN, R. *Le politiche di sviluppo locale*. Milão: Franco Angeli, 1988.

GAROFOLI, Gioacchino. Os Sistemas de Pequenas Empresas. In: BENKO G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Oeiras (PT): Celta, 1994. p. 33-47.

GAROFOLI, Gioacchino. *Sviluppo regionale e ristrutturazione industriale: il modello italiano degli anni 70*. *Rassegna Economica*, n. 6, nov./dez./1983. vol. XLVII.

HARRISON, B. *Lean and Mean: the changing landscape of corporate power in the age of flexibility*. Nueva York: Basic Books, 1994.

HUDSON, Ray. Regional futures: industrial restructuring, new high volume production concepts and spatial development strategies in the new Europe. In: *Regional Studies*, 31, 5, p. 467-478, 1997.

HUMPHREY, John; SCHMITZ, Hubert. Governance and upgrading: linking industrial cluster and global value chain research. In: *IDS Working Paper*, 120 p., 2000.

JENSEN, Butler et al. *European cities in competition*. Strasbourg: European Science Fondation, 1997.

KLINK, Joroen J. *A cidade-região – regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, Raul. *Competitividade, inovação e territórios*. Oeiras (PT): Celta, 2001.

LUNDVALL, Bengt-Ake. *National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning*. Londres: Pinter Publishers, 1992.

MAILLAT, D. Les milieux innovateurs. In: *Sciences Humaines*, n. 8, 1995b.

MAILLAT, Denis. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. In: *Interações-Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, vol. 3, n. 4, p. 9-16, mar. 2002.

MAILLAT, Dinis. Territorial Dynamic, innovative milieus and regional policy. *Entrepreneurship & Regional Development*, 7, p. 157-165, 1995a.

MÉNDEZ, Ricardo. *Geografía económica*. La lógica espacial del capitalismo global. Barcelona: Ariel, 1997.

MÉNDEZ, Ricardo. Innovación tecnológica y reorganización del espacio industrial: una propuesta metodológica. *Revista Eure*, Santiago de Chile, v. 24, n. 73, dic./1998.

MÉNDEZ, Ricardo. *Innovación y desarrollo territorial*: algunos debates teóricos recientes. *Revista Eure*, Santiago de Chile v. 28, n. 84, 2002.

NELSON, Richard R. (Ed.). *National Innovation Systems: a Comparative Analysis*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1993.

OHMAE, Kenichi. *O fim do Estado-Nação*. A ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

PERRIN, Jean-Claude. Reseaux d'innovation, milieux innovateurs, developpment territorial. In: *Reru*, 3-4, p. 343-374, 1991.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. *La segunda ruptura industrial*. (Versión española de María Esther Rabasco y Luíz Toharia). Buenos Aires: Alianza Estudio, 1993.

PORTER, M. E. *La ventaja competitiva de las naciones*. Buenos Aires: Vergara, 1991.

PORTER, M. E. *Ventaja competitiva*. México: Cecsca, 1987.

PYKE, Frank; SENGENBERGER, W. Distritos industriales y regeneración económica local: cuestiones de investigación y de política. In: PYKE; BECATINI y SENGENBERGER (Comps.). *Los distritos industriales y las pequeñas empresas III*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social (Espanha), 1992.

RODELL, Michael J. City Marqueting: the botton line. In: *Third World Planning Review*, vol. 15, n. 2, maio/1993, p. 187-195.

SABEL, C. F. Flexible specialisation and reemergence of regional economics. In: HIRST, P; ZEITLIN, J. (Orgs.). *Reversing industrial decline? industrial struture and policy in Britain and her competitors*. Oxford: Berg, 1989, p. 17-70.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCOTT, A. J.; STORPER, M. (Orgs.). *Production, work, territory*. The geographical anatomy of industrial capitalism. Boston: Allen and Unwin, 1986.

SCOTT, Allen J. *New Industrial Spaces*. Flexible production organization and regional development in North America and Western Europe. London: Pion Limited, 1988.

SCOTT, Allen J. *Regions and the world enocomy: the coming shape of global production, competition and political order*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

SFORZI, F. . La teoría marshalliana para explicar el desarrollo local. In: RODRÍGUEZ, F. (Ed.). *Manual de desarrollo local*. Oviedo: Trea Ediciones, 1999.

STORPER, M. The resurgence of regional economies ten years later: the region as a nexus of untraded interdependencies. In: *European Urban and Regional Studies*, nº 2, 1995.

STORPER, Michael. *The Regional World – Territorial Development in a Global Economy*. New York/London: The Guilford Press, 1997.

STRANGE, Susan. *The retreat of the state: the diffusion of power in the world economy*. Cambridge: University Press, 1996.

SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: “glocalization” and the politics of scale. In: COX, K. R. (Ed.). *Spaces of Globalization: Reasserting the Power of the Local*. New York: Guilford, 1997.

THOMPSON, H. *Reestruturação na indústria automobilística e o impacto nos centros industriais*. O caso de Detroit. Paper apresentado no Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Econômico e Social no Grande ABC, Brasil, 8-9 de maio/1997.

VALLADARES, Licia; PRETECEILLE. *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. Desarrollos recientes de la política regional. La experiencia europea. *Revista Eure*, Santiago de Chile:, v. 22, n. 65, 1996, p. 101-114.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antônio. *Desarrollo Económico Local y Descentralización: aproximación a un marco conceitual*. Santiago de Chile: Cepal-Proyeto Cepal/GTZ, 2000b.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antônio. Desarrollo Local y Acumulación Flexible. Enseñanzas teóricas de la historia y la política. In: *Estudios territoriales*, nº 35, p. 135-171, 1991.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antônio. *Desarrollo, Redes e Innovación*. Leciones sobre desarrollo endógeno. Madrid: Pirámide, 1999.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antônio. *La Política de Desarrollo in Itália: instrumentos y experiencias*. Santiago de Chile: Cepal-Proyeto Cepal/GTZ, 2000a.